

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825-1904)

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: the ambiguity of a civil association at the service of the Brazilian government (1825-1904)

David Francisco de Moura Penteadó | Universidade de São Paulo

davidmoura95@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1749-2294>

RESUMO Oficializada em 1825, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional nasceu com a aprovação dos seus estatutos por dom Pedro I e sediada no prédio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Com uma trajetória que atravessou o Império até os primeiros anos da República, sendo dissolvida em 1904, o enfoque deste artigo esteve em investigar as suas relações com o Estado brasileiro e, através desses elementos, contribuir para interpretação de sua natureza. A partir da análise de documentos institucionais e da bibliografia oficial, se argumenta pela compreensão de uma instituição que, apesar de heterogênea, desenvolveu características de um órgão consultivo oficial para temáticas técnico-científicas.

Palavras-chave Rio de Janeiro – Ciência e governo – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

ABSTRACT Officialized in 1825, the Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional was founded with the approval of its statutes by D. Pedro I and headquartered in the building of the National Museum, in Rio de Janeiro. With a history that spanned the Empire to the early years of the Republic, dissolving in 1904, the focus of this article was to investigate its relations with the Brazilian State and, through these elements, contribute to the interpretation of its nature. From the analysis of institutional documents and the official bibliography, it is argued for the understanding of an institution that, despite being heterogeneous, has developed characteristics of an official advisory body for technical-scientific topics.

Keywords Rio de Janeiro – Science and government – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Introdução¹

No início do século XIX, o Brasil era uma recém-nascida nação permeada pelo atraso tecnológico de sua cadeia produtiva; as suas ditas potencialidades naturais, entretanto, eram lugar-comum nos textos de brasileiros letrados e viajantes estrangeiros desse período. Sobre essas, Hipólito da Costa (1774-1823) escreveu, em tom pesaroso, que “talvez não há no mundo um território tão rico em produções naturais, e ao mesmo tempo tão desprezado por falta de uma população instruída e industriosa” (Costa, 1812, p. 442), tal como era o Brasil. Sob esse contexto nasceu, na segunda década do século da independência, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain), uma instituição de caráter privado com personalidade jurídica própria, uma das primeiras associações civis do Império e a primeira relacionada ao associativismo científico, com o objetivo de aplicar o conhecimento científico em benefício do progresso material do Império.

Além da desditosa instrução disponível aos colonos da América Portuguesa, a pobreza intelectual não permanecia apenas entre a população comum, mas também entre aqueles que compunham os seus ditos homens laboriosos. Essa malograda herança, descrita pelo seu fundador como uma condenação “à ignorância, e ao esquecimento, sem Ciências, sem Artes, sem Indústria, e sem Comércio com outros Povos [...]” (Almeida, 1828, p. 5), era comumente exemplificada pelo uso de técnicas arcaicas, somada à despreocupação com questões de longo prazo relativas à produção agrícola, como os cuidados para com o solo e a preservação da vegetação nativa. Não somente a população brasileira carecia de instrução e técnicas produtivas compassadas com os recentes avanços científicos, como também carecia de instituições científicas. A *Sociedade Auxiliadora*, embora não desde seus primeiros momentos, conseguiria, ao menos em parte, suprir essas necessidades.

Influenciada pela tradição europeia do associativismo científico e do Iluminismo (Domingues, 1996, p. 149-162; Barreto, 2009), almejavam os seus membros instruir os homens industriais do país, que estariam “presos à fatal rotina em que foram educados”, e oferecer a eles o conhecimento técnico-científico necessário “para alívio de seus braços e progresso de suas indústrias” (Moreira, 1869, p. I-II). A definição de indústria dos Auxiliadores era ampla, englobando tudo aquilo que fosse “arte, destreza, para granjear a vida, engenho, traça, em lavrar e fazer obras mecânicas” (Silva, 1813). Dentro dessa vasta semântica, contudo, era para a reconhecida vocação agrícola nacional que foram devotados seus maiores esforços – embora essas prioridades tenham se deslocado em direção à indústria fabril durante suas últimas décadas de atividade. Desde seus primeiros anos, ela se veria delineada pelo binômio indústria e agricultura, conquanto que interpretados na semântica que lhe era contemporânea, um dos aspectos que denotou sua heterogeneidade.

Apesar de sua longevidade, pioneirismo e esferas de análise, que perpassam áreas como a história da ciência e da técnica, da agricultura, associativismo e a histórica política, a *Auxiliadora* conta uma historiografia sucinta e que, por vezes, menoscabou sua importância, particularmente quando em comparação a estudos sobre instituições congêneres. Em uma das raras menções, Maria Odila Leite da Silva Dias (1968) abordou a associação através da inserção de ensaios científicos no Brasil durante o início do século XIX e a opinião compartilhada por homens ilustrados da necessidade do emprego desse conhecimento para o desenvolvimento do reino.

1 A pesquisa que resultou na redação deste artigo contou com apoio financeiro do CNPq (133719/2020-0).

Argumenta a autora que ela foi um elo entre a tradição ilustrada do antes da independência e os novos elementos da ilustração nacional, estabelecidos nas décadas de 1830 e 1840. Os mais importantes estudos, porém, são datados a partir de 1977, por ocasião das comemorações do sesquicentenário do Centro Industrial do Brasil, sucessor da *Auxiliadora*. O primeiro deles, de autoria Elisabeth von der Weid (1977, p. 12), apresenta a associação como um órgão consultivo do governo imperial e em seu insucesso em se tornar um órgão para representação de industriais. Publicado um ano mais tarde, o estudo de Edgar Carone (1978, p. 16) ressaltou as características intelectuais de seus fundamentos e sua formação enquanto “uma instituição destinada a orientar parte da classe dirigente na afirmação de seus interesses imediatos”

A despeito da importância desses estudos, a *Auxiliadora* foi apenas parte de uma história maior. Somente em 1979 a dissertação de mestrado José Luiz Werneck da Silva (1979) tratou da associação como seu único objeto, centrando-se na análise do seu caráter político e buscando identificá-la, similarmente às linhas de Carone, como um instrumento de pressão de determinados grupos de interesse. A partir de seu trabalho também se consolidou a compreensão da associação como sendo dotada de um caráter dúbio, com atividades rotuladas de “semigovernamentais”, “semioficiais” e “semipúblicas”. Recentemente, historiadores da ciência, como Heloísa Maria Bertol Domingues (1996; 2001) e Patrícia Regina Corrêa Barreto (2009), se dedicaram a compreender a *Auxiliadora* enquanto uma associação científica e parte do processo de institucionalização das ciências no Brasil. Nos últimos anos, historiadores parecem mais frequentemente visitar sua história e localizá-la como um importante local de engajamento do pensamento iluminista e uma força modernizadora ao longo do século XIX (Cribelli, 2016, p. 24; Malavota, 2020; Hanley, 2022).

Aos longos dessas últimas décadas, intérpretes da *Auxiliadora* aparentaram ter sido unânimes em classificá-la como uma associação civil com vínculos estreitos com o governo imperial. Essas classificações, porém, se confundem entre privada, quase-privada e quase-oficial; assim como entre agrícola, industrial, científica e corporativa. A partir desses aspectos levantados por essa historiografia, se propõe poder contribuir para compreensão da trajetória e natureza dessa instituição através da identificação e análise de sua relação com o Estado brasileiro. Nesse sentido, se buscará compreender a *Auxiliadora* como não tão somente uma agremiação agrícola, industrial, de classe ou científica, mas um espaço de sociabilidade onde se institucionalizaram essas aspirações e diversos dos projetos a esses termos vinculados.

Sob a proteção imperial

A primeira tentativa para a criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional remonta ainda ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, no primeiro ano do reinado de dom João VI (1767-1826). Durante o ano de 1816, Ignácio Alvares Pinto de Almeida (?-1844)² teria empreendido os primeiros esforços para a fundação de uma associação em benefício da indústria nacional, mas sem sucesso (Sessão..., 1892a, p. 102). Cinco anos mais tarde, em 1821, Ignácio realizou, no Rio de Janeiro, uma bem-sucedida subscrição anual entre indivíduos dispostos a

2 Ignácio Álvares Pinto de Almeida era natural da Bahia, mas passou grande parte de sua vida no Rio de Janeiro. Além fundador da Sain, era fabricante e negociante de aguardentes e destilados, foi do Conselho de dom Pedro I, seu guarda-roupa, além de comendador da Ordem de Cristo e cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição (Blake, 1883, p. 260).

contribuir para a compra e importação de máquinas e instrumentos agrícolas, com o fim de serem introduzidos no Brasil (Sain, 1838, p. 18-19). Em junho de 1821, meses após o retorno de dom João VI para Portugal, ele organizou os estatutos e regulamentos de um estabelecimento em benefício da indústria nacional e os submeteu para aprovação do Príncipe Regente (1797-1834). Apesar da pendência na aprovação da documentação, isso não o impediu de dar início às atividades em benefício da indústria nacional na forma de exposições públicas.³

A existência legal da associação, contudo, só teria lugar cinco anos mais tarde, uma vez que os esforços de Ignácio se viram baldados em razão da instabilidade política do movimento independentista brasileiro (Sain, 1838, p. 18). Após o término desses conflitos e a instauração do governo imperial, Ignácio novamente enviaria a petição e os estatutos de sua associação para o governo imperial, em 2 de janeiro de 1824. O pedido foi enviado para revisão do Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Império do Brasil, onde o próprio Ignácio ocupava o cargo de deputado. A aprovação dos estatutos da *Auxiliadora* pelo imperador dom Pedro I foi publicada em 31 de outubro de 1825. Na decisão, a associação foi colocada sob proteção imperial, com o seu presidente sendo nomeado por Sua Majestade Imperial (Brasil, 1885, p. 163).

Nos estatutos de 1825 foram assumidas três responsabilidades: (1) a criação de um conservatório de máquinas; (2) a fundação de uma biblioteca voltada à agricultura e a divulgação desse conteúdo; e (3) a organização de concursos com prêmios “para benefício da indústria”. Em última instância, a principal função da associação era a de trabalhar pela introdução e propagação da utilização de máquinas na indústria e agricultura no Império do Brasil. Para atingir esse objetivo, seria responsável por criar um conservatório de maquinários e modelos e torná-los disponíveis para o público, mas, especialmente, para “agricultores e industriais” interessados em implementá-los em seus ofícios. Como parte desse objetivo, comissões técnicas seriam responsáveis por redigir pareceres sobre inventos e maquinários relevantes às artes que fossem oferecidos para exame, nacionais e estrangeiros. Se aprovados, fosse pela novidade do invento ou pelo aperfeiçoamento em relação aos métodos existentes no Brasil, essa informação deveria ser tornada pública (Brasil, 1885, p. 163-174).

Dois anos mais tarde, em 18 de julho de 1827, foi publicada a nomeação do Conselho Administrativo da *Auxiliadora* pelo imperador. De acordo com os estatutos de 1825, haveria um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e dois funcionários adjuntos, nenhum dos quais seria remunerado por sua posição. Os primeiros membros a compor o Conselho Administrativo foram nomeados pelo governo imperial. O primeiro presidente, João Inácio da Cunha, visconde de Alcântara (1781-1834), era antigo ministro do Supremo Tribunal de Justiça, ministro e secretário da Justiça e senador pela província do Maranhão; brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres de Sousa Melo e Alvim (1775-1856), como vice-presidente; Ignácio Álvares Pinto de Almeida, como secretário; e João Fernandes Lopes (?-?) para o cargo de tesoureiro.⁴ Entre os demais membros fundadores, mencionados posteriormente, se destacam o brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), o cônego Januário da Cunha

3 Em 15 de setembro de 1821, Ignácio Alvares Pinto de Almeida anunciou, por meio das páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, a abertura de uma exposição pública de maquinários já em sua posse no prédio do Museu (*Diário do Rio de Janeiro*, 1821, p. 92-94).

4 Foram designados como funcionários adjuntos José Alexandre Carneiro Leão (1793-1863), diplomata e ministro plenipotenciário na Colômbia; João Rodrigues Pereira de Almeida (1774-1829), negociante de escravos e senhor de engenho; José Domingos Monteiro (1765-1857) arquiteto e engenheiro militar; Manoel José Onofre (?-?), tenente de artilharia; e João Francisco de Madureira Pará (1797-1834?)

Barbosa (1780-1846), Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847), José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macaé (1799-1856) e o senador Antônio Augusto Monteiro de Barros (1790-1841) (1830. *Relação...*, 1880, p. 270; *Palavras...*, 1892, p. 270) Brasil, 1878b, p. 164-5). Na mesma portaria, o governo se comprometeu a destinar um prédio público para realização das sessões da agremiação (Brasil, 1878b, p. 165).

Em 19 de outubro de 1827, a *Auxiliadora* se estabeleceu naquela que se tornaria sua sede oficial, o prédio do Museu Nacional, no Campo da Aclamação, ou Campo de Santana, n. 31 (Netto, 1870, p. 56), onde também realizou sua sessão inaugural em 28 de fevereiro de 1828 (Sain, 1827-1837, p. 3-5). As salas eram adjacentes à rua dos Ciganos, atual rua da Constituição.⁵ No prédio do Museu, havia sido concedida, pelo governo imperial, duas salas no pavimento térreo (Netto, 1870, p. 56-57), uma das quais era utilizada para o conservatório das máquinas e a segunda para a celebração das sessões dos seus associados. A instituição permaneceu sediada no prédio durante a maior parte de sua existência.⁶ Apesar de estar localizada em um prédio público, as reformas posteriores nos seus estatutos não requereram sanção governamental. As revisões estatutárias eram tão somente reportadas à Secretaria de Estados dos Negócios do Império, que retornava ciência; similarmente, a composição do Conselho se tornou eletiva.

Na tradição do associativismo daquele século, as demais atividades da *Auxiliadora* eram mantidas financeiramente por seus sócios efetivos, responsáveis por pagar uma taxa de entrada, conhecida como joia de entrada, e por realizar pagamentos mensais. Além dos efetivos, havia outras duas categorias de filiados que não contribuíam financeiramente, denominados honorários e correspondentes.⁷ Como ponto de partida, as perspectivas daqueles que foram contemporâneos aos primeiros anos de atividade da *Auxiliadora* descreviam os seus filiados como pertencentes aos grupos políticos e literários do Império. A associação também parecia se ufanar do perfil dos seus filiados, por vezes comentando que, entre eles, estavam presentes importantes nomes do alto escalão do governo imperial e prestigiosos homens das ciências. Raimundo José da Cunha Matos, primeiro secretário, descreveria extensivamente os títulos e ofícios dos seus associados mais proeminentes. Ao lado daqueles cuja filiação seria intuitiva, isto é, agricultores, fazendeiros e industriais, eram mencionadas personalidades do mundo político, militar e científico da Corte, as quais seu secretário se orgulhava em listar.

Entre os nossos novos Sócios contamos as pessoas mais respeitáveis do Brasil, tanto em à esfera política, como na esfera literária. Conselheiros de Estado, Ministros e Secretários de Estado, Senadores, Deputados, Titulares, Eclesiásticos, Ministros e Empregados de Tribunais, Médicos, Advogados, Negociantes, Capitalistas, Lavradores ou Agricultores, Proprietários, Artífices, e Generais quiseram honrar os bancos da nossa Sociedade; e o que mais e, Senhores, tantos, e tão distintos indivíduos têm-se mostrado zelosos protetores, e oficiosos. Colaboradores dos nossos projetos a bem da Indústria Nacional (Matos, 1837, p. 269).

- 5 O antigo prédio do Museu Nacional, hoje localizado na Praça da República, n. 26, atualmente abriga o Centro Cultural Museu Casa da Moeda do Brasil. Recentemente, o prédio foi tombado e restaurado. Sobre o recente processo de tombamento do prédio, ver Gomes, Lopes (2019, p. 647-666).
- 6 Durante pouco mais de um ano, em 1877, a Sain esteve sediada na rua Larga de São Joaquim, n. 187, em prédio alugado, mas retornou para o prédio do Museu. Posteriormente, nos últimos dois anos de sua trajetória, esteve sediada em prédios alugados e provisoriamente abrigada pela Sociedade Propagadora das Belas Artes.
- 7 O primeiro grupo era dedicado a indivíduos que desejassem contribuir com a associação, mas cuja residência não fosse na Corte. O segundo grupo era formado por indivíduos que pudessem oferecer proteção para a agremiação, fosse por sua influência, conhecimentos ou cargos (Sain, 1831, p. 173).

Para além de uma hipérbole, a lista inicial de associados, publicada pela vez primeira no ano de 1838, apesar de contar com apenas 210 nomes, incluía algumas das mais importantes personalidades da burocracia imperial e das ciências da Corte. Dentre o primeiro grupo, estavam nomes como os do regente Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda (1793-1870), o ex-regente José da Costa Carvalho, marquês de Monte Alegre (1796-1860), o deputado-geral Cândido José de Araújo Viana (1793-1875), futuro marquês de Sapucaí; o deputado-geral Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), futuro visconde de Itaboraí e então ministro e secretário dos Negócios da Marinha; o deputado-geral e ministro e secretário da Fazenda Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796-1865), futuro marquês de Abrantes; o deputado-geral Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, futuro visconde de Albuquerque (1797-1863) e também ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda; Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), presidente da província do Rio de Janeiro e futuro visconde de Uruguai; e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (1800-1855), desembargador, futuro visconde de Sepetiba, ex-ministro de Estado e líder da facção Áulica; José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), antigo tutor de dom Pedro II; e Manuel Inácio de Andrade, marquês de Itanhaém (1782-1867), tutor do imperador. Conquanto em menor número, no segundo grupo, dos homens da ciência, estavam nomes como o de Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866), Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859), José Martins da Cruz Jobim (1802-1878), Ludwig Riedel (1790-1861), Francisco Freire Allemão de Cisneiro (1797-1874) e o frei Custódio Alves Serrão (1799-1873) (Lista dos Membros..., 1838, p. 34-40). Nas décadas seguintes, essa lista passaria a incluir nomes como Manoel Ferreira Lagos (1816-1871), Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908), André Pinto Rebouças (1838-1898) e Ladislau Netto (1838-1894).

À época, dentro do que se pode conhecer sobre as informações biográficas do restante dos seus membros, conquanto temporal, limitada e, por vezes, amorfa; mas complementada por uma pesquisa biográfica paralela, esse grupo pode ser descrito como parte da elite imperial da Corte. Os três grupos analíticos mais presentes entre os associados eram, respectivamente, proprietários (38,7%), dos quais mais da metade eram reconhecidamente proprietários rurais⁸ e apenas uma minoria pôde ser identificada como integrante à indústria, na sua acepção contemporânea; seguido por funcionários públicos (22,1%),⁹ com um número significativo de membros do judiciário e lentes da Academia Militar; rivalizando em quantidade com o segundo grupo estavam os representantes da classe política (21,1%), dentre os quais se destacam 23 deputados gerais, 13 senadores, dois ministros de Estado e um presidente de província. Esses três grupos eram seguidos por profissionais liberais (6,37%), com destaque para médicos, militares (4,9%) e eclesiásticos (4,4%).¹⁰ A participação no Conselho, até a década de 1880, porém, foi dominada

8 Embora o número de fazendeiros pareça baixo, faz-se a ressalva de que muitos dos indivíduos inseridos primariamente em outras categorias também eram proprietários rurais.

9 Compõem a categoria de funcionários públicos os cargos de lente, deputado da Junta de Comércio, diplomata, juiz de direito e desembargador. Na categoria de políticos, estão os cargos de conselheiro, deputado, senador, ministro e presidente provincial.

10 Os dados apresentados foram obtidos a partir da análise da relação de sócios da Sain, publicada em 1838 (Lista..., 1838, p. 34-40). As próprias informações prosopográficas têm origem na designação atribuída pela associação aos seus membros e em uma pesquisa biográfica auxiliar feita pelo autor (Blake, 1883). Certamente, essas categorias se interpõem. Para lidar com esse problema, o critério utilizado pela presente categorização foi a criação de um sistema hierárquico das categorias de análise, nas quais as categorias acima substituem as categorias abaixo. A ordem hierárquica foi esquematizada da seguinte forma: políticos, militares, proprietários rurais, proprietários industriais, comerciantes, funcionário públicos, profissionais liberais, eclesiásticos e artistas.

por políticos, nas posições de presidente e vice-presidente, e por acadêmicos e homens de letras nas demais posições.

Em um esforço para dar materialidade a esse argumento, a presença de políticos no corpo de associados significou, por vezes, a promoção e defesa da associação em espaços públicos de discussões políticas, mesmo entre os oficiais. Em um dos exemplos dessa ocasião, em 1847, quando se discutia no Senado uma emenda para se aumentar o subsídio do governo imperial para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o então presidente da *Auxiliadora*, Pedro de Araújo Lima, então visconde de Olinda, defendeu que, em vez de aumentar esse subsídio, fosse o valor de um conto de réis consignado para a agremiação (Brasil, 1878a, p. 245 e ss.).¹¹ No mesmo sentido, dos 23 presidentes do Conselho de Ministros, 15 foram filiados à *Auxiliadora*.¹² Essa tendência na composição dos seus associados continuaria por um longo tempo, até a década de 1880, com a constituição do Conselho Administrativo trazendo entre seus nomes figuras de destaque da burocracia imperial. Apesar de a nomeação do Conselho passar a ser realizada não mais pelo governo imperial, mas por eleição entre filiados, seus presidentes (ver Tabela 1), até o início da década de 1880, foram todos viscondes e marqueses e tomavam parte da política imperial (Sain, 1831).

Tabela 1: Lista dos presidentes da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da primeira nomeação do seu Conselho, em 1827, até a dissolução da agremiação, em 1904

Período	Nome
1827-1831	João Inácio da Cunha, visconde de Alcântara
1831-1847	Francisco Cordeiro da Silva Torres, visconde de Jerumirim
1847-1848	Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda
1849-1865	Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes
1865-1880	José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco
1880-1894 ⁽¹⁾	Nicolau Joaquim Moreira
1896-1902	Agostinho José de Souza Lima
1902-1904	Alfredo Eugenio de Almeida Maia
1904	Inocência Serzedelo Correia

Fonte: Elaborada pelo autor.

(1) A posição de presidente permaneceu vacante durante o ano de 1895.

Similarmente, muitos membros do Conselho da associação e uma parcela significativa dos seus filiados eram inveterados monarquistas e, noutras ocasiões, mesmo próximos do Imperador. Durante sua trajetória institucional, foram várias as demonstrações de deferência em apoio à

11 Essa proposta, porém, não foi aprovada. Entre os sócios que usaram a tribuna do Senado para defender os interesses da associação estava Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Albuquerque (1797-1863) (Brasil, 1878a, p. 158-159, 245 e ss.).

12 Foram sócios da Sain: Manuel Alves Branco, José Carlos Pereira de Almeida Torres, Francisco de Paula Sousa e Melo, Pedro de Araújo Lima, José da Costa Carvalho, Joaquim José Rodrigues Torres, Honório Hermeto Carneiro Leão, Luís Alves de Lima e Silva, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, José Antônio Pimenta Bueno, José Maria da Silva Paranhos, João Maurício Wanderley, João Alfredo Correia de Oliveira e Afonso Celso de Assis Figueiredo.

monarquia, com comentários elogiosos ao sistema monárquico, e panegíricos ao imperador e demais membros da família imperial. Desde fevereiro de 1838, por proposta de Ignácio Alvares Pinto de Almeida, os retratos dos imperadores dom Pedro I e dom Pedro II estavam pendurados na sua sala das sessões.¹³ Na cerimônia de sagração e coroação de dom Pedro II como imperador do Brasil, em 18 julho de 1841, presentes estavam todos os membros do conselho da associação (Sessão..., 1842a, p. 438). Nas ocasiões das celebrações de aniversário natalício e de reinado de dom Pedro II, o Conselho era assíduo em enviar suas congratulações para o monarca na forma de comissões.

Nas décadas seguintes, essa relação se aprofundou. Em primeiro de setembro de 1862, dom Pedro II pela vez primeira compareceu à sede da *Auxiliadora* para participar da sessão do seu Conselho, acompanhado pelo então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Cansanção, visconde de Sinimbu (1810-1906) (Sessão..., 1862, p. 336). Posteriormente, o imperador voltou a atender às sessões por mais seis vezes, no período entre 1862 e 1864; nessas últimas vezes acompanhado dos príncipes Gastão de Orléans, o conde d'Eu (1842-1922), e Luís Augusto, duque de Saxe (1845-1907). Em uma demonstração de agradecimento ao imperador e aos demais membros da família imperial, foi aprovada, em 3 de novembro de 1864, uma proposta para convidar dom Pedro II, o conde d'Eu e o duque de Saxe a se tornarem presidentes honorários (Sessão..., 1864, p. 3-4). Em 13 de abril do ano seguinte, o presidente da associação, Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, informou ao Conselho Administrativo que o imperador e os duques haviam aceitado os títulos oferecidos (Sessão..., 1865a, p. 202). Na sessão comemorativa de quarenta anos da agremiação, em 1867, compareceram, além do imperador, a imperatriz Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias (1843-1889), a princesa imperial Isabel (1846-1921), o conde d'Eu e o duque de Saxe (Sessão..., 1867, p. 433-448). Entre os anos de 1862 e 1882, o imperador compareceu a 41 reuniões da *Auxiliadora*. Mesmo após o exílio da família real, em novembro de 1889, os estatutos da associação, de 1891, mantiveram, em seu quarto artigo, a menção ao monarca: "O Sr. D. Pedro de Alcântara é considerado presidente perpétuo honorário da sociedade".¹⁴

O Auxiliador d'O Auxiliador da Indústria Nacional

Cinco anos após a inauguração da associação, em janeiro de 1833, a *Auxiliadora* lançou o seu órgão de divulgação, intitulado "O Auxiliador da Indústria Nacional, ou Coleção de Memórias e Notícias Interessantes aos Fazendeiros, Fabricantes, Artistas, e Classes Industriais no Brasil, tanto originais, como traduzidas das melhores obras que neste gênero se publicam nos Estados Unidos, França, Inglaterra, etc." (AIN). O periódico foi o primeiro grande empreendimento bem-sucedido da agremiação. De acordo com os seus estatutos, ele deveria trazer textos acerca "de noções elementares das artes, e ciências industriais". Esse esforço teria lugar

13 Na ocasião, Ignácio Alvares Pinto de Almeida também propôs que se enviasse para dom Pedro II uma comissão solicitando que Sain fosse colocada sob a sua proteção imperial, mas o pequeno número de associados presentes na sessão, bem como a necessidade de se organizar uma "numerosa deputação", foram apresentadas como justificativas para adiar a proposta, que deveria então ser analisada pela Assembleia Geral da associação. À exceção do título de presidente perpétuo em 1863, não há notícia de que dom Pedro II tenha se tornado protetor da Sain (Sessão..., 1838, p. 84, 87).

14 Anteriormente, a redação do artigo era "Art. 4º Sua Majestade o Imperador é considerado como Presidente perpétuo da sociedade, enquanto se dignar conceder-lhe esta graça" (Sain, 1869).

por meio da redação e tradução de textos sobre “noções elementares de economia rural”, por sua vez divulgados por meio daquela publicação periódica. Dessa forma, o extenso título não somente exprimia as temáticas a serem tratadas pelo jornal, como também o instrumento que seria empregado para se auxiliar a *indústria*.

A publicação atendia a dois propósitos: primeiro, uma ferramenta de imprensa para vulgarizar, entre as classes industriais do país, o conhecimento técnico-científico necessário para que se fizesse uso de métodos de produção modernos e mais eficientes; e, em segundo lugar, era utilizado para dar publicidade às atividades empreendidas pela associação. No contexto da expansão das publicações periódicas no município da Corte durante a primeira metade do século XIX (Morel; Barros, 2003, p. 23), a publicação trazia em si a herança do movimento iluminista luso-brasileiro, presente desde a publicação dos primeiros impressos nacionais (Camargo; Moraes, 1993). Os textos compartilhavam diversas das ideias das publicações que lhe eram contemporâneas: a civilização e o papel da pedagógico da imprensa. Nesse periódico, assim como na associação para qual ele operava como órgão de divulgação, era compartilhado o ideário utilitarista em relação às ciências; um elemento presente em diversas outras revistas do período (Pallares-Burke, 1998). Em detrimento da generalidade dessas demais publicações, contudo, *O Auxiliador* almejava se especializar nas áreas do conhecimento técnico-científico tão somente enquanto elas fossem em benefício da agricultura e da indústria manufatureira.

Em pouco tempo, o periódico se tornou a principal atividade realizada pela associação, com a maior parte dos seus fundos sendo destinados para sua impressão e publicação. Simultaneamente, apesar de suas duas centenas de filiados durante a segunda metade da década de 1830, o custo para manter a publicação se mostrou maior do que sua capacidade orçamentária. Para continuar sua publicação, o Conselho Administrativo se voltou para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, com a qual mantinha correspondência.¹⁵

Em 27 de junho de 1837, por proposta de Januário da Cunha Barbosa, à época secretário adjunto da associação, foi requerido que a Secretaria de Estado dos Negócios do Império se incumbisse da impressão de quinhentos exemplares do periódico por meio da Tipografia Nacional, dos quais cem exemplares seriam deixados com o governo imperial, como retribuição por parte dos custos da impressão, cuja destino último seria a distribuição entre as províncias (Sessão..., 1837a, p. 226). Em 21 de julho do mesmo ano, o Conselho Administrativo foi informado que a administração do regente Diogo Antônio Feijó (1784-1843) havia aprovado a requisição. Em agradecimento, foi enviada uma delegação composta por Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Mattos para pessoalmente agradecer ao regente.¹⁶ O significado desse arranjo é múltiplo: primeiro, traz à luz a estreita relação entre membros do Conselho e o alto escalão imperial; mas, sob outro prisma, conferiu ao periódico o reconhecimento oficial enquanto instrumento para a divulgação do conhecimento técnico-científico no Império. Nas décadas seguintes,

15 Não foi a primeira vez que o governo imperial subsidiou a impressão de impressos da Sain. Em 1837, foi atendido o pedido para que se custeasse a impressão de “Catecismos de agricultura” para distribuição gratuita entre os alunos das escolas primárias, especialmente entre os filhos de agricultores (Matos, 1837, p. 271-272).

16 Uma pequena nota sobre esse encontro foi publicada no AIN: “O Ex.^{mo} Senhor Regente, em Nome do Imperador, recebeu com a maior civilidade a Deputação desta Sociedade, que lhe foi agradecer o favorável deferimento da súplica feita ao Governo [...]; e que na ocasião de se retirar a Deputação, a veio acompanhar até o topo da escada, dizendo: que assim mostrava o apreço e consideração em que tem uma Sociedade, que tanto se interessa pelo melhoramento da Indústria Nacional. Sua Ex. o Sr. Regente, respondendo ao convite que se lhe fez da parte do Conselho, para assistir à Sessão Geral da Sociedade, disse que viria se lhe fosse possível” (Sessão..., 1837c, p. 258-259).

o periódico verdadeiramente cumpriu essa função, com gabinetes ministeriais enviando livros e textos sobre técnicas agrícolas e industriais para publicação n' *O Auxiliador* e requisitando que exemplares adicionais do periódico fossem enviados para atender demandas provinciais.

Em corolário ao início da coadjuvação do governo imperial, a *Auxiliadora* passou a figurar, periodicamente, nos relatórios anuais da Secretaria de Estado dos Negócios do Império como parte dos trabalhos realizados pelo gabinete. No relatório da repartição para o ano de 1837, cuja publicação e leitura ocorreram no ano seguinte, assinado pelo ministro e secretário à época, Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), a distribuição d' *O Auxiliador* entre as províncias do Império foi mencionada como parte dos trabalhos realizados em benefício da agricultura nacional (Brasil, 1838, p. 32). Durante todo o restante do período no qual a associação esteve subvencionada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, ela continuou a ser mencionada nos relatórios da repartição, por vezes na Seção de Indústria e, noutras ocasiões, na Seção de Agricultura. Nas páginas dos relatórios, diversas das suas atividades, como a distribuição d' *O Auxiliador*, o envio de uma máquina para extração de azeite para o presidente da província do Alagoas (Brasil, 1840, p. 33-34), a distribuição de sementes e plantas, a redação de pareceres acerca de moléstias que afetavam a cana-de-açúcar em Santa Catarina (Brasil, 1844, p. 14-5) etc., eram apresentadas concomitantemente às atividades realizadas pelo gabinete ministerial.

Em meados de 1841, motivado por atrasos da Tipografia Nacional com a impressão do periódico, o Conselho requereu que o governo entregasse para associação a quantia paga pela impressão dos exemplares, para que ela os mandasse imprimir em outra tipografia (Sessão..., 1842b, p. 433). Em novembro daquele ano, o governo anuiu e, pela vez primeira, passou a diretamente subsidiar a impressão do periódico e, por conseguinte, a própria *Auxiliadora*. O arranjo entre a associação e o governo, portanto, mudava de natureza. Doravante, o governo imperial, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, pagaria a quantia de 720\$000 réis anuais, ou 60\$00 réis mensais, pela impressão do periódico e, como contrapartida, receberia 150 exemplares para distribuir entre as províncias (Sessão..., 1842c, p. 449).¹⁷

Nos anos seguintes, esse subsídio seria aumentado por duas vezes. Primeiro, em 1846, quando diante de uma situação financeira particularmente difícil, a ponto de a interrupção na publicação do periódico ser mencionada como a única alternativa para não ir à falência, a solução encontrada pelo Conselho foi novamente recorrer ao governo imperial e requisitar um aumento no auxílio fornecido para manutenção do periódico (Sessão..., 1846, p. 343). Assim como nas ocasiões anteriores, o requerimento foi aprovado – apesar de debates legislativos (Brasil, 1877, p. 265-266 e ss.). O aumento foi autorizado por meio do artigo 14 da lei n. 514, de 28 de outubro de 1848 (Brasil, 1849, p. 35), responsável por fixar a despesa para o exercício de 1849-1850, e efetivado por meio do decreto n. 604, de 21 de abril de 1849, a partir do qual a Secretaria de Estado dos Negócios do Império ficou autorizada a realizar assinaturas d' *O Auxiliador* em número suficiente para distribuir para todas as Câmaras Municipais (Brasil, 1869, p. 42). Para aquele ano, foi listada a quantia de 2:322\$00 réis como pagamento pela assinatura de 387 exemplares da revista (Brasil, 1851, p. 289, 291). No orçamento da *Auxiliadora*, a soma correspondia a mais da metade de sua receita daquele ano.¹⁸ Poucos anos depois, em 1853, o

17 [...] e o Governo, reconhecedor do verdadeiro merecimento do nosso Periódico, envia mensalmente um certo número para cada Província do Império onde são distribuídos pelas pessoas que melhor se sabem deles aproveitar” (Matos, 1838, p. 337).

18 Para o exercício do ano social de 1849-1850, a receita da Sain foi orçada em 2:322\$000 réis do repasse do Tesouro Nacional, 1:600\$000 réis da mensalidade dos sócios efetivos e 620\$000 réis da dívida ativa da última.

subsídio passou dos 2:322\$000 para anuais 4:000\$000 (Brasil, 1853, p. 40). O aumento no valor do subsídio refletia mais um aumento no número exemplares enviados para o governo imperial (ver Tabela 2), que passou a ser de quinhentos exemplares por ano (Sessão..., 1860, p. 88).

Graças a concorrência desse subsídio, *O Auxiliador da Indústria Nacional* se tornou um caso peculiar de longevidade entre os periódicos nacionais do Oitocentos, com seis décadas de publicação (quase) ininterrupta e uma capilaridade nacional. Em um reflexo dessa importância, durante o lançamento de sua segunda série, em 1846, o redator e secretário perpétuo Emílio Joaquim da Silva Maia asseveraria que “Quando a Sociedade Auxiliadora mais nada tivesse feito, bastava só a impressão deste seu periódico para ter rendido ao país relevantes serviços” (Maia, 1846, p. 7). O subsídio garantiu o funcionamento da instituição, sua legitimação e, sobretudo, o financiamento de seus empreendimentos pelo governo imperial.

Tabela 2: Histórico do número de exemplares d’*O Auxiliador da Indústria Nacional* enviados anualmente para o governo imperial pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional entre os anos de 1838 e 1892

Período	Exemplares (Volumes)
1838-1841	100
1842-1848	150
1849-1853	387
1854-1862	500
1863-1892	~500

Fonte: Elaborada pelo autor.

Sementes e máquinas

Entre os vários eventos narrados nas páginas d’*O Auxiliador da Indústria Nacional* esteve a maior parte da história institucional da *Auxiliadora*. Em 1837, José Silvestre Rebello (1776-1844),¹⁹ negociante de açúcar, sócio efetivo e membro do Conselho Administrativo, foi autorizado pelo Conselho a importar de Angola toros de cana-de-açúcar para serem distribuídos entre fazendeiros do Império, ao custo de 20\$960 réis (Sessão..., 1837b, p. 227). Essa foi a primeira ocorrência registrada de uma atividade que se tornou uma das principais realizadas pela *Auxiliadora*. Inicialmente em pequena escala e de caráter experimental, a distribuição de sementes foi expandida a partir da segunda metade do século (Distribuição..., 1859, p. 438-439), com seu ápice na década de 1860.²⁰ Em um esforço que objetivava tanto a introdução de novas culturas como o melhoramento de culturas consolidadas, por meio da diversificação das espécies dos gêneros

Os dois últimos itens totalizavam 2:220\$000 réis (Sessão..., 1849, p. 73).

19 José Silvestre Rebello, além de ocupar diversas posições dentro do Conselho da Sain e contribuir assiduamente com textos para o AIN, exerceu a profissão de diplomata, tendo representado o Brasil em Washington entre 1824 e 1829 (Cruz, 2015).

20 A expansão na distribuição de sementes durante a segunda metade do século foi resultado da melhoria orçamentária da associação, cujo resultado pode ser observado pelas atividades nas sessões do Conselho e mesmo a disponibilização de um formulário para participar do programa nas páginas do AIN.

cultivados no Brasil, foram empreendidos significativos esforços na importação e distribuição de sementes, plantas, mudas e raízes entre as províncias. Nas palavras de um dos Auxiliadores, o propósito para o empreendimento estava no aperfeiçoamento das práticas agrícolas:

Aqueles que tem as mais simples noções da ciência agrícola não ignoram que a renovação das sementes influi decididamente para a abundância das colheitas, e na bondade dos gêneros colhidos. Sem uma contínua renovação das sementes, os gêneros agrícolas anuais, quaisquer que eles sejam, degeneram em breve tempo tornando-se pouco abundantes, e de má qualidade (Distribuição..., 1852, p. 432).

As sementes tinham origem em compras realizadas pela agremiação, comumente importadas da Europa e Estados Unidos por meio de associados que residiam no exterior, como também em trocas com associações congêneres no estrangeiro, mas, sobretudo, em doações do governo imperial. Foram encontradas remessas de sementes enviadas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Negócios Estrangeiros e da Guerra, embora mais frequentemente pela primeira. Desde a década de 1830, o governo imperial “se tornaria efetivamente atuante na aquisição de plantas e sementes” (Sant’Anna; Bosisio, 2010, p. 45). A atividade fazia parte do esforço governamental na transferência de ciência e tecnologia para o Brasil, para o qual a *Auxiliadora* muitas vezes se tornou destino, intermediária e requerente dessas remessas (Ibidem, p. 34-64). O seu papel, portanto, não era ímpar, mas a dinâmica das suas relações com os gabinetes ministeriais contribui para elucidar sua natureza.

Desde a década de 1840, a *Auxiliadora* recebia requisições para que se remetessem sementes para atender demandas de províncias do Império, em pedidos que se favoreciam da sua interlocução com agricultores, do conhecimento técnico dos seus associados e do seu inventário de sementes, raízes e mudas. Em um desses exemplos, em 1844, um ofício enviado pelo governo imperial relatava uma enfermidade que afetava a cultura da cana-de-açúcar na província de Santa Catarina e para qual a assistência da Sain era requerida. Em resposta, foi enviada uma diferente espécie do gênero da cana-de-açúcar para a província (Sessão..., 1844, p. 93). Situações como essa se tornaram mais frequentes no terceiro quartel do Oitocentos,²¹ com a agremiação se tornando um *hub* para o intercâmbio de sementes entre as províncias. Os gêneros distribuídos eram mais de uma dezena, dentre os quais estavam algodão, cana-de-açúcar, arroz, milho, cacau, tabaco, café, anil, seda, vinhas, linho, cânhamo e cereais. Além do Rio de Janeiro, se tem conhecimento do envio de sementes para as províncias do Ceará, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás, Bahia, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Amazonas.

Destarte, quando o Imperial Instituto Baiano de Agricultura necessitava de *sementes (sic)* de mandioca, batata e algodão, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, reconhecendo o prestígio e especialidade da agremiação nessa área, a incumbiu de atender ao pedido da instituição baiana (Sessão..., 1861, p. 45-46). A partir da década de 1850, governos provinciais

21 Entre os projetos mais vultosos esteve a importação de mudas de café no ano de 1860. Naquele ano, a Sain realizou uma subscrição entre os fazendeiros de café da província do Rio de Janeiro para que se importassem mudas de café da península arábica. Foi calculado que sessenta contos de réis seriam necessários para arcar com as despesas da compra e importação. Após cinco anos, porém, a Sain não pareceu ter sido exitosa em obter esses fundos, uma vez solicitou que o governo imperial a subvencionasse. A proposta foi aceita e a importação das sementes de café do Iêmen foi organizada pelo cônsul-geral do Brasil no Egito (O Auxiliador..., 1865, p. 150-151; Sessão..., 1865b, p. 324).

e municipais também passaram a recorrer a ela em busca de novas sementes para culturas locais. Poucas informações são conhecidas a respeito da logística e armazenagem do processo de distribuição de sementes, contudo, há algumas referências de que eram realizadas por meio de filiados, quando em sua sede no Rio de Janeiro, e por meio de associações congêneres e transportada por vapores quando enviadas a outros lugares.

No mesmo período, se multiplicaram as requisições para que a associação fluminense remetesse modelos de maquinários para as demais províncias. Ao lado das sementes, a *Auxiliadora* mantinha um acervo de maquinários desde a década de 1820. Chamado de Conservatório de Máquinas, ele passou a ser utilizado como uma extensão do acervo governamental. No intuito de suprir a necessidade de alguma província por maquinários específicos, os registros institucionais indicam que a Secretaria de Estado dos Negócios do Império enviava ofícios para verificar o seu inventário e, caso ela possuísse o maquinário ou modelo desejado, que esse fosse enviado. Enquanto um repositório não somente de máquinas, mas de conhecimento, mesmo que não possuísse o modelo de algum maquinário requerido, ela era utilizada como um meio para obtê-lo.²² Noutras ocasiões, a Sain era consultada para se conseguir informações sobre o manuseio e a utilização, como a informação ao gabinete dos Negócios do Império sobre a operação da máquina de trilho contínuo de James Boydell ou para que se explicasse o funcionamento de máquinas de descarregar algodão para os governos do Rio Grande do Norte e do Maranhão. Comparadas aos procedimentos com as sementes, porém, essas ocorrências foram episódicas.

Até aquele momento, a *Auxiliadora* se encontrava sob a sexta seção da Secretaria dos Negócios do Império, da Agricultura, Comércio e Indústria (Brasil, 1859, p. 121). Em 16 de fevereiro de 1861, por efeito do decreto n. 2.747, ela foi transferida para a recém-criada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas²³ (Brasil, 1861b, p. 127). Dois anos mais tarde, em 1863, o novo ministério, em reconhecimento aos esforços na distribuição de sementes, aumentou em dois contos de réis o subsídio anual fornecido para a associação pelo Tesouro Nacional (Brasil, 1862, p. 29), atingindo o valor de seis contos de réis anuais (Burlamaque, 1863, p. 92). Naquele ano, a Seção de Agricultura enviou para a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas instruções para obtenção, conservação e envio de sementes adquiridas por agentes do governo em benefício da associação (Logares..., 1863, p. 447). Apesar da compra e distribuição de sementes ter se tornado responsabilidade do novo gabinete (Brasil, 1861a), a *Auxiliadora*, entre 1859 e 1868, dispendeu 2:306\$247 réis na compra de sementes, plantas, raízes e mudas – o maior dispêndio desse gênero em sua história. A partir desse último ano, porém, as prioridades da agremiação se desviaram para longe dessa atividade.

Nesses aspectos, a relação entre o governo imperial e a *Auxiliadora* se aproximava de um mutualismo. Por um lado, a entidade pode ser legitimamente compreendida como um grupo

22 “Lê-se um aviso do Sr. Ministro do Império, para que a Sociedade declare se pôde satisfazer a requisição do Conselho das Obras Públicas do Ceará, que requer lhe sejam remetidos alguns modelos de máquinas de fazer tijolos, que simplifiquem e melhorem esse processo, principalmente no que respeita ao amassamento do barro. O Sr. Arquivista propõe que se mande buscar desenhos das máquinas mais aperfeiçoadas dos Estados Unidos, para fazer tijolos ocos e amassar barro; para o que pediu urgência, a qual foi aprovada, assim como a proposta” (Sessão..., 1852, p. 76-77).

23 A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi criada por meio do decreto n. 1.007 em 28 de julho de 1860. De acordo com a Despesa Geral do Império para o exercício de 1861- 1862, contudo, a Sain ainda compunha a lista de despesas da Secretaria dos Negócios do Império. A Sain só foi transferida para o novo ministério quando o regulamento de sua estrutura administrativa foi criado pelos decretos n. 2.747 e n. 2.748, ambos publicados em 16 de fevereiro de 1861 (Brasil, 1861b, p. 66).

de pressão de agricultores e industriais por medidas que favorecessem as suas áreas de atuação; por outro lado, dentro desse contexto de incentivo e suporte à agricultura, a agremiação adquiriu atributos de um órgão oficial que, com chancela e financiamento governamental, atuava para assistir gabinete ministeriais, governos provinciais e municipais em suas demandas pela diversificação e introdução de novos gêneros agrícolas. Noutras ocasiões, porém, o envio de sementes e amostras de produtos agrícolas não era destinado à distribuição entre lavradores, mas à análise de suas comissões técnicas.

Pareceres e pedidos de privilégio

O início da segunda metade do século XIX foi palco de profundas transformações no Império do Brasil e para a *Sociedade Auxiliadora*; para o primeiro, com repercussões nas esferas políticas, econômicas e administrativas do governo imperial. Apenas no primeiro ano daquele segundo quinquênio foram estabelecidas medidas robustas para reprimir o comércio internacional de escravos africanos no Brasil, por meio da Lei Eusébio de Queirós, se centralizou a Guarda Nacional, foi promulgada a Lei de Terras e se instituiu o Código Comercial do Império (Fausto, 2012, p. 169-170). Embora todas essas alterações legais tenham impactado a *Auxiliadora*, direta ou indiretamente, a última delas, na forma do Código Comercial, afetou significativamente o seu funcionamento pelas três décadas que se seguiram e ressignificou sua relação com o Estado brasileiro.

A partir daquele momento, a *Auxiliadora* passou a receber periodicamente ofícios da Secretaria de Estado dos Negócios do Império com requerimentos de indivíduos solicitando privilégios com base na lei de 28 de agosto de 1830. A legislação era responsável por regular, simultaneamente, a concessão de patentes para inventos e descobertas inéditas, bem como a introdução de maquinários ou técnicas estrangeiras no Brasil, garantindo aos inventores e *introdutores* os direitos exclusivos de suas descobertas e inventos por um espaço de tempo de cinco a vinte anos (Brasil, 1830), entre outros benefícios. Entre a data da sanção da lei e o ano de 1850, a Imperial Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação esteve responsável pela análise dos pedidos de privilégios, entre outras atribuições. A extinção da Junta naquele ano, como consequência da instituição do Código Comercial do Império (Andrade, 1980), pareceu ter causado a transferência dessa atribuição para a *Auxiliadora*, embora se desconheça o processo legal para essa incumbência.

Essa atribuição não era inédita, porém. Desde os estatutos de 1831, um ano após a sanção da referida lei, a associação passou a ter seis comissões: Comissão de Fundos, Comissão de Análise e Processos Químicos, Comissão de Economia Doméstica e Rural, Comissão de Agricultura, Comissão de Artes, Fábricas e Comércio e Comissão de Redação e Revisão de Memórias (Sain, 1831). Os seus membros, eleitos a partir dos seus afiliados, foram, durante a primeira metade do século, ocasionalmente incumbidos de responder solicitações privadas e governamentais dentro de suas respectivas áreas. Em relação às solicitações da primeira espécie, as credenciais das comissões eram, por vezes, utilizadas para corroborar a qualidade e eficácia de produtos e maquinismos.²⁴ Quanto às últimas, os gabinetes ministeriais, como a Secretaria de Estado

24 Exemplos do uso das credenciais da Sain na venda de máquinas e bens de consumo podem ser encontrados em anúncios do *Jornal do Commercio* e do *Diário do Rio Janeiro*, da década de 1850 até o final daquele século. Por exemplo: "Aguardente de Lourinho. Esta excelente e agradável bebida, preparada de um vegetal aromático

dos Negócios do Império e dos Negócios da Fazenda, eventualmente enviavam ofícios para o Conselho solicitando a análise de questões industriais e agrícolas; dentre esses ofícios estavam os pedidos de privilégio. A primeira ocorrência que se tem conhecimento foi em 1833, na análise de uma máquina em vaso aberto para transformação do sumo da cana-de-açúcar em açúcar, de Antoine Saint-Valery Seheult (1787-1837), para a qual era pedido o vultoso prêmio de sessenta contos de réis (Novo..., 1834, p. 65),²⁵ mas essas ocorrências foram poucas até a extinção da Junta.

Com a necessidade de um novo órgão para cumprir as funções da extinta Imperial Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, a grande demanda de pedidos de análises técnicas causou mudanças profundas no funcionamento da *Auxiliadora*, com o Conselho devotando grande parte do tempo a discussões sobre os requerimentos que recebiam do governo. De acordo com o texto da lei, que estipulava a necessidade de novidade e utilidade da invenção, se tornou necessário um exame prévio para comprovar a adequação aos requisitos. Eram incumbidos, portanto, os componentes das comissões da agremiação com a tarefa de determinar a presença, ou não, desses elementos por meio de análises históricas, técnicas e econômicas. Embora de maneira contingente, a falta de um órgão oficial para cumprir com os requisitos legais das leis de privilégios consolidou a posição da agremiação como um órgão consultivo do governo imperial.

A partir desse momento, os pedidos por modelos de maquinários, sementes e pareceres técnicos também se tornaram costumeiros, com uma média de três a quatro ofícios do governo imperial sendo apresentados nas bimensais sessões do Conselho Administrativo entre as décadas de 1850 e o primeiros anos da década de 1880.²⁶ Em 1857, em razão do aumento das responsabilidades da associação, as comissões foram reformuladas, passando a ser compostas por sete membros, em vez de três, recebendo uma nova denominação e sendo expandidas para sete sessões (Sain..., 1857): Seção de Agricultura, Seção de Indústria Fabril, Seção de Máquinas e Aparelhos, Seção de Artes Liberais e Mecânicas, Seção de Comércio e Meios de Transporte, Seção de Geologia Aplicada e Química Industrial, Seção de Melhoramento das Raças Animais.²⁷

conhecido por louro da serra, [...] e cujas propriedades tônicas são atestadas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; acha-se à venda no depósito, único neste corte, rua das Violas, n. 6" (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 50, n. 216, p. A9, 6 ago. 1871).

- 25 O pedido foi ultimamente negado, apesar de um parecer positivo dos Auxiliadores (Brasil, 1835, p. 28).
- 26 Em um excerto de apenas um ano dos trabalhos da Sain, foi registrado que o governo imperial consultou a instituição sobre 12 objetos distintos no ano de 1864: (1) a qualidade de cana-de-açúcar importada da ilha da Reunião; (2) sobre a fábrica de chapéus, estabelecida na rua São Pedro n. 52, e pertencente a Costa Braga & C^a; (3) sobre uma amostra de algodão de longa seda plantado pelo conde de La Hure em terras da colônia de Dona Francisca, em Santa Catarina; (4) sobre a fábrica de cal de mariscos, estabelecida na ilha de Paquetá e pertencente a Antônio Pedro de Medeiros; (5) sobre uma amostra de carvão de pedra, por Leandro Francisco Arantes; (6) sobre uma amostra de mercúrio, colhida por Bento Gomes de Escebâr em uma mina descoberta na província de Minas Gerais; (7) sobre as experiências feitas com os descaroçadores de algodão vindos da Europa e de invenção de Platt & Irmãos, Dobson & Barlow e de Emery; (8) sobre a introdução no Brasil da criação do bicho-da-seda; (9) sobre as qualidades e vantagens da máquina rotativa a vapor e de ação direta inventada por Eduardo Fromentin; (10) acerca dos sistemas de máquinas de descaroçar o algodão; (11) o melhoramento que introduziu no fabrico das redes de B. Aubé; (12) a análise de uma máquina para secar café (Rego, 1865, p. 135-138).
- 27 A partir da década de 1870, a Sain passaria a ter dez comissões técnicas: Seção de Agricultura, Seção de Indústria Fabril, Seção de Máquinas e Aparelhos, Seção de Artes Liberais e Mecânica, Seção de Comércio e Meios de Transporte, Seção de Geologia Aplicada e Química Industrial, Seção de Zoologia, Seção de Estatística Industrial, Seção de Colonização e Estatística e Seção de Finanças da Sociedade (Brasil, 1869, p. 40-47).

Recentemente, os trâmites das análises dos pedidos de privilégios foram objeto de pesquisas que destacaram seu caráter técnico e compreenderam a instituição como uma corporação intelectual (Malavota, 2020; Vannucci, 2016).

Da mesma forma, requisições por pareceres técnicos sem relação com pedidos de privilégios aumentaram significativamente. Nos dados para um único ano, a associação recebeu 24 ofícios de autoridades provinciais e 52 ofícios da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (Fausto, 1854, p. 326). A partir daquele período, as ordens dos dias das suas sessões bimensais não deixariam de contar com pelo menos uma requisição enviada pelo governo imperial. Entre as célebres ocorrências esteve a Exposição de Universal de Londres de 1851, quando o governo imperial requereu informações sobre quais objetos da exposição deveriam receber atenção do cônsul-geral do Império do Brasil no Reino da Prússia, João Diogo Sturz (1800-1877),²⁸ encarregado de atender a exposição e adquirir objetos que fossem benéficos para a indústria nacional (Sessão..., 1851, p. 358). Usualmente, porém, suas comissões eram consultadas para a apreciação do mérito de obras voltadas à agricultura, à análise química de amostras de produtos agrícolas, recomendar instruções para se combater patologias agrícolas, julgar a qualidade objetos manufaturados e determinar a eficácia de maquinários.

Durante mais de três décadas, centenas de pareceres foram confeccionados pelas comissões técnicas, dentro e fora do escopo da lei de privilégios. Entre 1833 e 1887, foram identificadas 1.090 consultas do governo imperial à *Auxiliadora*, com a maioria delas, cerca de 85%, relacionadas à lei de privilégios; das quais 1.073 entre 1850 e 1882. O volume das consultas foi tamanho que essa atividade acabou alienando outras iniciativas, mas esse informal arranjo não perdurou *ad aeternum*. A incumbência de análise dos pedidos de privilégios teve fim em 1882, com a publicação da lei n. 3.129, de 14 de outubro, responsável por dar uma nova redação à legislação brasileira de privilégios e patentes, de forma a torná-la mais semelhante à legislação de países europeus (Brasil, 1883, p. 636). Entre as mudanças incorporadas pela nova legislação, estava a remoção da necessidade de exames prévios para a maioria dos inventos passíveis de patente. Em corolário, a nova lei fez com que associação perdesse a função técnica na confecção de pareceres para os pedidos de privilégios. A perda dessa incumbência, contudo, aparentou ter sido resultado mais de uma pressão de inventores pela abolição dos requerimentos por exames prévios de seus inventos, do que de uma tentativa de desprestigiar a associação.²⁹ Ademais, por vários anos, inventores se queixaram que o exame prévio dos pedidos de privilégio era realizado por uma instituição fora da administração pública; violando, portanto, o direito à confidencialidade (Cabello; Póvoa, 2016). Um segundo problema, embora ausente daquelas discussões, diz respeito a conflitos de interesse. Não era incomum que solicitantes de privilégio fossem filiados da *Auxiliadora* e, por vezes, membros de suas comissões.

Com o vácuo deixado pela interrupção na análise dos pedidos de privilégios e das demais consultas, que também deixaram de ser enviadas com a assiduidade de outrora, os trabalhos da associação se voltaram para a organização e preparação do Império para as exposições

28 Apesar da ausência de representantes do Brasil entre os expositores, a Sain enviou o seu próprio representante para Londres, Pedro de Alcântara Lisboa (1821-1885), com o objetivo de coletar informações sobre os inventos expostos que pudessem ser úteis para a indústria brasileira. Ao lado de João Diogo Sturz, também sócio efetivo, eles enviaram para o Brasil as suas observações a respeito da exposição, publicados n'O Auxiliador ao longo daquele ano.

29 A despeito dos comentários exasperados do seu presidente, Nicolau Joaquim Moreira, que exclamou em um editorial: "Bela recompensa para cinquenta anos de tão valiosos serviços!!" (Moreira, 1883, p. 1).

agrícolas e industriais, particularmente as exposições nacionais. Mas como essas exposições não ocorriam com frequência, e como a *Auxiliadora* não era responsável por assistir na organização de todas as exposições e tampouco o Império era assíduo participante, as reuniões dos seus associados foram progressivamente esvaziadas. Não era raro que as sessões do Conselho tivessem pouquíssimas ou nenhuma matéria a ser discutida. A sessão era aberta e logo era declarado que "Não havendo matéria para expediente, nem para ordem do dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão".³⁰ Na década de 1890, em decorrência da perda do seu papel consultivo, as comissões técnicas foram dissolvidas (Sain, 1891).

Considerações finais

A relação entre o governo imperial e a *Auxiliadora* se mostrou profícua desde sua fundação. Diversos altos funcionários do governo, particularmente representantes diplomáticos,³¹ frequentemente eram membros da associação e regularmente contribuíam com o seu funcionamento por meio do envio de revistas, artigos, manuais agrícolas e sementes. Durante seus primeiros anos, a íntima relação de diversos membros do seu Conselho Administrativo e demais filiados com o núcleo político da Corte aparentemente contribuiu para que ela fosse consultada por gabinetes ministeriais. Ao mesmo tempo, a natureza heterogênea dos filiados da *Auxiliadora*, com diversos expoentes das ciências entre eles, concorreu para que, além de uma associação de classe, ela se tornasse um espaço para a ciência e a técnica no Império. Seus corpos técnicos eram requisitados para emitir pareceres e propor soluções para problemas enfrentados por ministérios e governos provinciais, relacionados a gêneros agrícolas, zootecnia e a demanda por maquinários e ferramentas. Uma instituição que, desde sua fundação até a década de 1880, foi crescentemente utilizada pelo Governo Imperial como instituição científica, tanto em matéria agrícola como industrial. Nesse sentido, a agremiação pode ser corretamente compreendida dentro do processo de institucionalização das ciências no Brasil (Domingues, 2001, p. 86).

Ao lado de outras associações, como a Academia Imperial de Medicina, estabelecida em 1829; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado a partir da própria *Auxiliadora*, em outubro de 1838; e os institutos imperiais de agricultura, estabelecidos na década de 1860, como o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a Sain integrava um grupo de instituições científicas do município da Corte que compartilhavam características fundamentais: desempenhavam o papel de órgão consultivo para o Estado, eram beneficiários de subsídios do Tesouro Nacional e encontraram no Governo Imperial um patrono para as suas atividades.

Em contrapartida aos seus serviços, a *Auxiliadora* recebia um significativo subsídio pecuniário (ver Tabela 3) e a concorrência do Governo Imperial em seus empreendimentos, como a concessão de salas em prédios públicos para estabelecimento da Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos (1871) e da Escola Industrial (1872). Em seu auge, em 1877, contava 1.798

30 O ano de 1882 foi também o último no qual o imperador compareceu à sede da Sain. Em 1883, para explicar aquela situação, Nicolau Joaquim Moreira atribuiu a perda do caráter consultivo da agremiação na sua presidência, por ser alguém que não gozava do mesmo prestígio daqueles que o antecederam (Sessão..., 1883, p. 25).

31 Dois dos associados correspondentes mais assíduos foram o João Diogo Sturz (1800-1877), cônsul-geral do Império no Reino da Prússia entre os anos 1842 e 1858, e Luiz Henrique Ferreira de Aguiar (1812-1875), cônsul-geral do Império nos Estados Unidos entre 1842 e 1875, ambos sócios e responsáveis pelo envio de dezenas de textos, livros e revistas estrangeiras para Sain.

filiados (Sain, 1877). Por outro lado, porém, se a *Auxiliadora* era um espaço das ciências no Império, ela também representava os industriais e fazendeiros, especialmente os grandes proprietários rurais. Assim, se o Governo Imperial frequentemente requisitava a colaboração da associação, esses pedidos também ocorriam na direção contrária. A associação se tornou um espaço privilegiado para discussão e proposição de políticas públicas, com a concorrência governamental em seus empreendimentos contribuindo para a legitimação dos seus esforços em benefício dos setores agrícola e industrial. Durante essa trajetória, ela esteve envolvida com propostas para a reforma da lei de privilégio de 1830 (Rego Filho, 1874, p. 209-221), de legislação para a atividade de mineração, a proibição da utilização de mão de obra escrava em estabelecimentos industriais (Sessão..., 1850, p. 140), a realização de exposições industriais (Cunha, 1862),³² a divisão do país em distritos agrícolas e alterações de taxas alfandegárias e de importação (Sessão..., 1847, p. 466-467).

Essa relação subsistiu até os últimos anos do Oitocentos, sendo o primeiro abalo sofrido em 1886. Sob a justificativa de dificuldades financeiras, a Câmara de Deputados decidiu reduzir o subsídio fornecido em dois terços. Embora a decisão tenha sido revertida no Senado ainda no mesmo ano,³³ o problema apenas havia sido postergado. Seis anos mais tarde, em 1892, 3 anos após o estabelecimento do sistema republicano, o Congresso Nacional decidiu suprimir o repasse do subsídio de 6:000\$000 do orçamento federal. A justificativa apresentada pela Comissão da Câmara foi que a *Auxiliadora* se tratava de um estabelecimento municipal, não se justificando a existência de um subsídio federal para sua manutenção (Brasil, 1893, p. 28, 302).³⁴

Tabela 3: Evolução dos repasses ordinários do Tesouro Nacional para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional entre os anos de 1838 e 1896

Período	Subsídio anual
1838-1841	_(1)
1842-1848	720\$000
1849-1853	2:322\$000
1854-1862	4:000\$000
1863-1892	6:000\$000 ⁽²⁾
1894-1896	6:000\$000

Fonte: Elaborada pelo autor.

(1) Impressão do AIN pela Tipografia Nacional.

(2) Durante os anos 1875 e 1876, o governo imperial contribuiu com o total de 5:400\$000 réis para cobrir as despesas da Sain com o aluguel do prédio onde estava estabelecida a Escola Industrial.

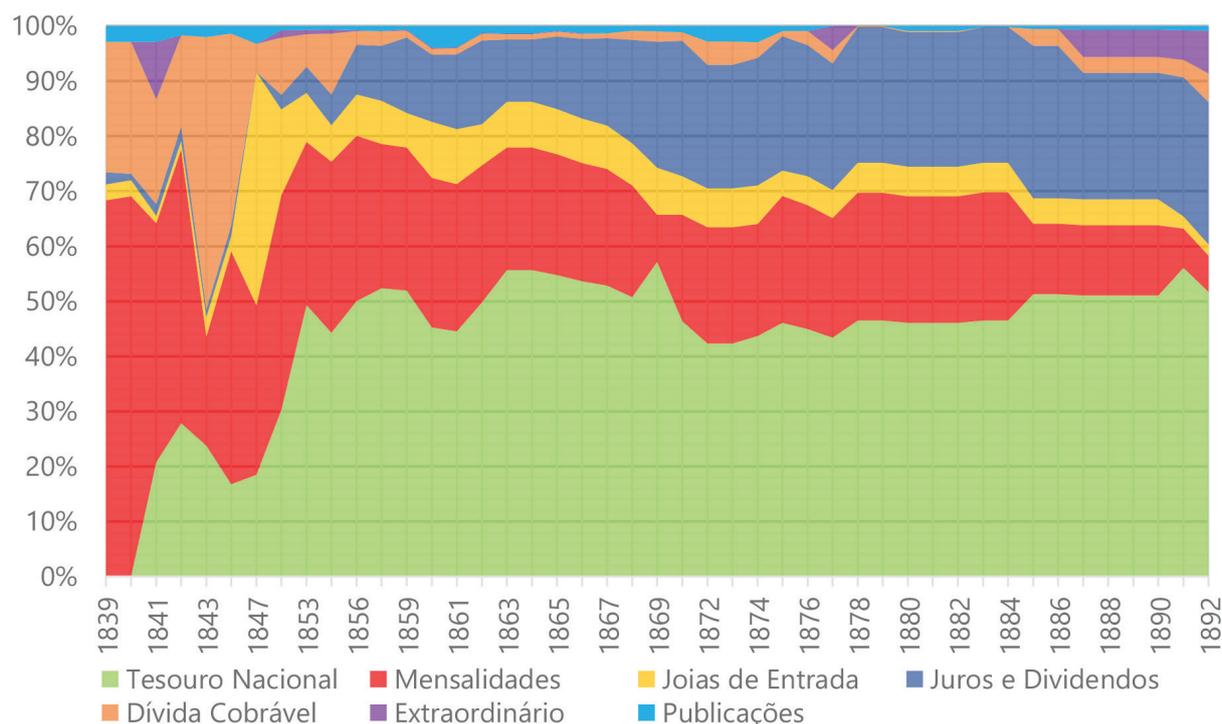
32 Em 1861, a Sain, com a concorrência do governo imperial e do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, organizou a primeira Exposição Nacional.

33 Os senadores Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (1829-1899), Floriano Godoy (1826-1907), Lima Duarte (1826-1896), Francisco Otaviano (1825-1889), Meira de Vasconcellos, João Lustosa da Cunha Paranaguá, visconde de Paranaguá (1821-1912), João Ernesto Viriato de Medeiros (1826-1900), Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (1823-1899), João da Silva Carrão (1810-1888) e Flávio Clementino da Silva Freire, barão de Mamanguape (1816-1900) intercederam e reverteram a decisão (Sessão, 1886, p. 218).

34 A proposta de orçamento enviada pelo governo mantinha o subsídio à Sain, mas a verba foi suprimida pela Câmara de Deputados.

Não obstante uma aparente autonomia financeira, uma vez que, durante seus 77 anos de existência a maior parte da receita teve origem privada, isto é, nas mensalidades de seus sócios efetivos, nos dividendos de seus investimentos e na assinatura do seu periódico, e não no subsídio pago pelo Governo Imperial (ver Gráfico 1),³⁵ a agremiação sempre esteve longe de conseguir manter seus empreendimentos por seus próprios meios. Em corolário, a interrupção da subvenção e, posteriormente, seu encerramento derradeiro significou o fim de empreendimentos como o periódico e as escolas (ver Tabela 3).

Gráfico 1: Evolução histórica da composição do orçamento anual da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional entre os anos de 1839 e 1892



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em grande parte, sua existência dependia da boa vontade dos homens por detrás do Estado brasileiro. Sem esse subsídio, a *Auxiliadora* nada mais poderia realizar. A publicação do seu órgão de divulgação, *O Auxiliador*, e as atividades nas suas escolas foram interrompidas em 1892 (Sessão..., 1892b, p. 267). Tentativas de reanimá-las nos anos seguintes foram efêmeras (Brasil, 1894, p. 29-30).³⁶ Nos anos seguintes, ela continuou a existir, mas tinha pouca influência para além das portas da sua sala de sessões. Diante das dificuldades para reerguê-la (Weid, 1977, p. 21-2), foi aprovada a fusão da *Auxiliadora* com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão em uma nova associação, o Centro Industrial do Brasil (CIB), estabelecido

35 Ao contrário do que é comumente afirmado dentro de sua diminuta historiografia (Cribelli, 2016, p. 25; Silva, 1979, p. 61-71; Barreto, 2009, 158-169 e s.), a maior parte dos proventos da Sain teve outra origem que o governo imperial. A princípio, somente a partir de 1842 a Sain passou a ser diretamente subsidiada. De acordo com os seus dados orçamentários, nos cinquenta anos que se seguiram, o subsídio governamental somente foi maior que a soma das outras receitas durante 21 anos.

36 Em 1896, o AIN voltou a ser publicado, mas não ultrapassou um número. A Escola Noturna e a Escola Industrial foram amalgamadas em 1894, com registros que indicam uma tímida atividade até o ano de 1902.

em 10 de agosto de 1904.³⁷ Uma entidade projetada para ser um órgão de classe de industriais e defender os interesses da indústria, em acepção contemporânea (Boletim..., 1905, n. 1). Após diversas alterações, o Centro Industrial do Brasil se transformou na atual Federação Industrial do Rio de Janeiro.

Para explicar o processo de declínio e queda da *Auxiliadora*, que culminou no encerramento do subsídio governamental, as explicações da historiografia perpassaram uma possível participação de parcela de seus associados em questões republicanas (Barreto, 2009, p. 393 e ss.) e, paradoxalmente, também como o fim do Império levou consigo a importância política dos seus associados (Carone, 1978, p. 62). Em ambas as explicações um ponto de inflexão permanece: o fim da monarquia e a instauração do governo republicano como uma das razões que se relacionaram com o seu declínio, de modo que os fatores que outrora contribuíram para o prestígio e influência da associação, se tornaram causa para seu declínio sob o novo regime. A despeito desse aspecto nebuloso sobre o final de sua trajetória, e que certamente deve merecer uma maior atenção de pesquisadores, os elementos que compuseram a relação da agremiação com o Estado brasileiro, entre os anos de 1825 e 1904, possuem farta documentação e apontam para uma cooperação assídua. Progressivamente, ao longo de quase oito décadas, a agremiação aparentou ter suprido uma demanda governamental por conhecimento técnico-científico em meio à escassez de corpos científicos especializados e oficiais para supri-la e, como resultado, adquiriu características de um órgão científico oficial.

Referências bibliográficas

1830. RELAÇÃO dos subscritores que em 1829... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XLVIII, n. 7, p. 165-166, 1880.
- ALMEIDA, I. A. P. de. *Discurso que no faustíssimo dia 19 de outubro de 1827, em que foi instalada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828.
- ANDRADE, R. G. *Burocracia e economia na primeira metade do século XIX: a Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1850*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.
- BARRETO, P. R. C. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena*. 2009. 465 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BLAKE, A. V. A. S. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- BOLETIM do Centro Industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Comp., 1905.
- BRASIL. *Lei de 28 de Agosto de 1830*. Concede privilegio ao que descobrir, inventar ou melhorar uma industria util e um premio que introduzir uma industria estrangeira, e regula sua concessão. 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-28-8-1830.htm. Acesso em: 27 jan. 2021.

37 Na ata publicada no *Jornal do Commercio*, a data de estabelecimento da CIB foi em agosto; mas, de acordo com o jornal da agremiação, foi em 30 de setembro. Cf. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 247, p. A4, 13 ago. 1904.

- BRASIL. *Ministério do Império (Joaquim Vieira da Silva e Sousa) Relatório... do anno de 1834 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835. p. 28.
- BRASIL. *Ministério do Império (Bernardo Pereira de Vasconcellos) relatorio do anno de 1837 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.
- BRASIL. *Ministério do Império (Francisco Ramiro D'Assis Coelho) relatorio do anno de 1839 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840.
- BRASIL. *Ministério do Império (José Carlos Pereira de Almeida Torres) relatorio do anno de 1843 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1844*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1844.
- BRASIL. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1848*. t. X, v. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849.
- BRASIL. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.
- BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1852*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.
- BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1859*. t. XXII, v. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.
- BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1861*. t. XXIV, v. II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861a.
- BRASIL. *Decreto n. 2.748, de 16 de Fevereiro de 1861*. Organiza a Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. 1861b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2748-16-fevereiro-1861-556076-publicacaooriginal-75732-pe.html>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1862*. t. XXIII, v. I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.
- BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1869*. t. XXXII. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869. p. II.
- BRASIL. *Annaes do Senado do Imperio do Brazil. Primeira Sessão da Primeira Legislatura. Anno de 1826*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.
- BRASIL. *Anais do Senado do Império do Brasil do ano de 1847*. v. 4. Brasília: Senado Federal, 1878a.
- BRASIL. *Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878b.
- BRASIL. Decreto n. 8.820, de 30 de Dezembro de 1882. *Coleção dos Actos do Poder Executivo de 1852*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- BRASIL. *Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Annaes da Camara dos Deputados. Segunda Sessão da Primeira Legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893.
- BRASIL. *Ministério da Agricultura (Bibiano Sergio Macedo da Fontura Costallat) Relatório do ano de 1893 apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil... em maio de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- BURLAMAQUE, F. L. C. Proposta apresentada na sessão.... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XII, n. 3, p. 92, 1863.

- CABELLO, A. F.; PÓVOA, L. M. C. Análise econômica da primeira Lei de Patentes brasileira. *Estudos Econômicos* (São Paulo) [online], v. 46, n. 4, p. 879-907, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-416146484aclp>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- CAMARGO, A. M. de A.; MORAES, R. B. de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Kosmos, 1993.
- CARONE, E. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Catédra, 1978.
- COSTA, H. J. da. *O Correio Brasiliense ou Armazém Literário*. Londres: W. Lewis, Paternoster, 1812.
- CRIBELLI, T. *Industrial Forests and Mechanical Marvels: Modernization in Nineteenth-Century Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2016.
- CRUZ, A. N. da. *As práticas políticas de Silvestre Rebello: um diplomata brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829)*. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2015.
- CUNHA, A. L. F. da. *Relatorio Geral da Exposição Nacional de 1861 e Relatorios dos Jurys Especiaes*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.
- DIÁRIO *do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1821.
- DIAS, M. O. L da S. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 276, p. 100-170, 1968.
- DISTRIBUIÇÃO de sementes. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 11, p. 432, segunda série, 1852.
- DISTRIBUIÇÃO de sementes. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 11, p. 438-440, terceira série, 1859.
- DOMINGUES, H. M. B. A ideia de progresso no processo de institucionalização nacional das ciências no Brasil: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *Asclepio*, v. XLVIII, n. 2, p. 149-162, 1996.
- DOMINGUES, H. M. B. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as ciências naturais no Brasil Império*. In: DANTES, M. A. (org.). *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p. 83-109.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- FAUSTO, M. de O. Relatório... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. III, n. 8, p. 326, 1854.
- GOMES, A. L. de A.; LOPES, A. M. O processo de tombamento da primeira sede do Museu Nacional na atual Praça da República – Rio de Janeiro. *Tempo*, Niterói, v. 25, n. 3, p. 647-666, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2019v250306>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- HANLEY, A. G. Men of Science and Standards: Introducing the Metric System in Nineteenth-Century Brazil. *Business History Review*, v. 96, n. 1, p. 17-45, 2022.
- JORNAL *do Commercio*, Rio de Janeiro, 1820-1904.
- LISTA dos Membros da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 1, p. 34-40, 1838.
- LOGARES aonde se deve mandar buscar plantas e sementes. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XII, n. 12, p. 447, 1863.
- MAIA, E. J. da S. Introdução. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, p. 7, segunda série, 1846.

- MALAVOTA, L. M. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as patentes de invenção: tecnologia e propriedade no Império do Brasil. *Maracanan*, v. 1, p. 12-33, 2020.
- MATOS, R. J. da C. Relatório dos trabalhos, pelo primeiro secretario. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. V, n. 9, p. 269, 1837.
- MATOS, R. J. da C. Relatório recitado em Sessão Publica.... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 9, p. 337, 1838.
- MOREIRA, N. J. Ao leitor. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, v. XXIV, n. 1, p. I-II, 1869.
- MOREIRA, N. J. Aos leitores. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. LI, n. 1, p. 1, 1883.
- MOREL, M.; BARROS, M. M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NOVO methodo de cozinhar o assucar, descoberto pelo Sr. Valerio Scheult. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, p. 65, 1834.
- NETTO, L. de S. M. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.
- O AUXILIADOR *da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia de Seignot-Planchet, 1833-1892; 1896.
- PALAVRAS de Ignacio Alvares Pinto de Almeida... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. LX, n. 12, p. 270, 1892.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa FGV*, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.
- REGO, A. J. de S. Relatório dos trabalhos... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 4, p. 135-138, terceira série, 1865.
- REGO FILHO, J. P. Projecto de lei de privilegio de invenção... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XLII, n. 5, p. 209-221, 1874.
- SAIN, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Livro 1. Atas: 1827-1837 (Manuscrito). v. I, p. 3-5; OR 09 1827-1837. Rio de Janeiro: Biblioteca da Firjan, 1827-1837.
- SAIN, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial D' Émile Seignot Plancher, 1831.
- SAIN, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Austral, 1838.
- SAIN, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Austral, 1857.
- SAIN, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Deseseis de Julho de J. A. dos Santos Cardoso, 1869.
- SAIN, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *Relação de Socios, Perpetuos, Honorarios, Correspondentes e Effectivos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional organizada e publicada por ordem do Conselho Administrativo da mesma Sociedade*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1877.
- SAIN, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1891.
- SANT'ANNA, S. M. P.; BOSISIO, R. de A. D. *Inovações tecnológicas e transferências tecnocientíficas: a experiência do império brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília:

Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

SESSÃO n. 158 do Conselho Administrativo do dia 27 de junho de 1837. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. V, n. 8, p. 226, 1837a.

SESSÃO n. 159 do Conselho Administrativo do dia 7 de julho de 1837. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. V, n. 8, p. 227, 1837b.

SESSÃO n. 162 do Conselho Administrativo do dia 27 de julho de 1837. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. V, n. 9, p. 258-259, 1837c.

SESSÃO n. 179 do Conselho Administrativo do dia 3 de fevereiro de 1838. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 3, p. 84, 87, 1838.

SESSÃO em 16 de agosto de 1841. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. X, n. 12, p. 438, 1842a.

SESSÃO da Assembléa Geral... em 24 de abril de 1841. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. X, n. 12, p. 433, 1842b.

SESSÃO de 10 de novembro de 1841. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. X, n. 12, p. 449, 1842c.

SESSÃO em 24 de Janeiro de 1844. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XII, n. 3, p. 93, 1844.

SESSÃO do dia 13 de janeiro de 1847. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. I, 1846, n. 9, p. 343, segunda série, 1846.

SESSÃO do dia 28 de abril de 1847. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. I, n. 12, p. 466-467, segunda série, 1847.

SESSÃO da Assembléa Geral em 14 de julho. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. III, n. 2, p. 73, segunda série, 1849.

SESSÃO do Conselho em 17 de outubro de 1850. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 6, p. 140, 1850.

SESSÃO do Conselho, em 1º de abril de 1853. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 9, p. 358, 1851.

SESSÃO do Conselho em 1º de setembro de 1852. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. I, n. 3, p. 76-77, 1852.

SESSÃO do Conselho em 1º de fevereiro de 1860. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1, p. 88, 1860.

SESSÃO do Conselho de 1º de fevereiro. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. X, n. 2, p. 45-46, 1861.

SESSÃO do Conselho em 1º de setembro de 1862... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XI, n. 9, p. 336, 1862.

SESSÃO do Conselho em 16 de novembro de 1863. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, v. XX, n. 1, p. 3-4, 1864.

SESSÃO do Conselho Administrativo em 15 de abril de 1865. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 6, p. 202, terceira série, 1865a.

SESSÃO do Conselho Administrativo em 1º de agosto de 1865. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 9, p. 324, terceira série, 1865b.

SESSÃO da Assembléa Geral em 30 de Outubro... *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XXII, n. 11, p. 433-448, 1867.

- SESSÃO do Conselho Administrativo em 15 de Janeiro de 1883. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. LI, n. 2, p. 25, 1883.
- SESSÃO do Conselho Administrativo em 15 de Outubro de 1886. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. LIV, n. 10, p. 218, 1886.
- SESSÃO da Assembléa Geral em 2 de Maio de 1892. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. LX, n. 3, p. 102, 1892a.
- SESSÃO da Assembléa Geral em 15 de Dezembro de 1892. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. LX, n. 7, p. 267, 1892b.
- SILVA, A. de M. *Dicionário de língua portuguesa*. t. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. [Verbete: indústria]
- SILVA, J. L. W. da. *Isto é o que me parece*: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 até 1877. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.
- VANNUCCI, João Carlos Piedade. *As invenções técnicas brasileiras no Segundo Reinado: estudo das comissões técnicas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional nas concessões de privilégios de patentes entre 1833 a 1862*. 2016. 137 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- WEID, E. von der (org.). *Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1977.

Recebido em janeiro de 2022

Aceito em abril de 2022